

Violência e fragmentação: dimensões complementares da realidade paulistana

*Violence and fragmentation:
Complementary dimensions of
São Paulo City reality*

*Violencia y fragmentación:
Dimensiones complementares
de la realidad paulistana*

EDA GÓES

Professora Doutora
Departamento de Geografia - FTC/UNESP
Programa de Pós-Graduação - FCT/UNESP
Rua Roberto Simonsen, n. 307
Caixa Postal 467 - Cep: 19060-900
Presidente Prudente-SP
edagoes@fct.unesp.br

ANDRÉ LUIS ANDRÉ

Doutorando
Programa de Pós-Graduação - FCT/UNESP
Presidente Prudente-SP
litol@bol.com.br

Resumo: Nas duas últimas décadas, no Brasil a violência passou a caracterizar-se eminentemente como violência letal, visível e cotidiana, graças à abundância de armas de fogo e ao papel desempenhado pela mídia, e como fenômeno urbano, como as ondas de ataques do PCC (Primeiro Comando da Capital), ocorridas em 2006, demonstraram de forma radical. Neste artigo abordamos algumas das dimensões da violência, entendida como uma das dimensões do urbano, participando ativamente de sua produção, sobretudo pelo discurso do medo. Levamos em conta que determinadas formas de violência são mais ou menos legitimadas e visíveis, dependendo da força social da vítima e do agressor, se explicando com base em representações sociais, mais ou menos compartilhadas. Essas diferenças influenciam e radicalizam as reações dos diversos atores sociais à fragmentação da cidade. Nesse sentido, enfatizamos, por um lado, a violência cometida pelos marginalizados da metrópole, que se expressam principalmente, no caso de São Paulo, através de circuitos econômicos ilegais, se manifestando nas altas taxas de homicídio que caracterizam principalmente as suas periferias. Por outro lado, levamos em conta as consequências do "urbanismo defensivo". Tais estratégias expressam uma realidade urbana representada e produzida por sujeitos sociais diversos como uma guerra.

Palavras-chave: Violência urbana; Fragmentação urbana; Cidade de São Paulo; Urbanismo defensivo; Discurso do medo.

Abstract: Last two decades violence in Brazil became to characterize as a lethal violence, visible and quotidian, by fire guns abundance, by the role of media performance and as urban phenomenon, such as PCC attacks in waves (Capital First Command) occurred in 2006, that showed us in a radical way. This paper aims to approach some dimensions of violence, understood as one of urban dimensions, actively participating in its construction, especially by discourse of fear. We also account that some types of violence are more or less legitimated and visible, depending of the victim and aggressor social force, explaining itself based in social representations, more or less shared. These differences influences and radicalize several social actors' reactions to urban fragmentation. In that meaning we empathizing, on one hand, violence committed by metropolitan excluded people, that expresses, mainly at São Paulo City case, through illegal economic circuits appearing in high indexes of homicides that characterizes your periphery. The other side, we take into account the consequences of "defense urbanism". Such strategy express a urban reality represented and produced by several social actors as a war.

Keywords: Urban violence; Urban fragmentation; São Paulo city; Defense urbanism; Discourse of fear.

Resumen: En las últimas décadas, en Brasil la violencia a sido transformada en violencia letal, visible y cotidiana, por la abundancia de armas de fuego e por el papel de los medios de comunicación, e como fenómeno urbano, como las olas de ataque del PCC (Primer Comando de la Capital), ocurridas en 2006, mostraron con radicalidad. En el presente artículo abordaremos algunas de las dimensiones de la violencia, comprendida como una de las dimensiones del urbano, participando de su producción, en particular por el discurso del miedo. Se considera que determinadas formas de la violencia pueden ser más o menos legitimadas o visibles, dependiendo de la fuerza social de la víctima y del agresor, se explicando con base en representaciones sociales, más o menos compartidas. Tales diferencias influyen y radicalizan las reacciones de los diversos actores sociales a la fragmentación de la ciudad. Así, enfatizamos, por una vía, la violencia cometida por los excluidos de la metrópoli, que se expresan en particular, en el caso de San Pablo, por los circuitos económicos ilegales, se manifestando en las altas tasas de homicidios que caracterizan principalmente sus periferias. Por otra vía, consideramos las consecuencias del "urbanismo defensivo". Tales estrategias expresan la realidad urbana representada e producida por los sujetos sociales diversos como en una guerra.

Palabras clave: Violencia urbana; Fragmentación; Ciudad de San Pablo; Urbanismo defensivo; Discurso del miedo.

Introdução

"Ataques do PCC (Primeiro Comando da Capital) deixam 30 mortos"

"Facção promove 63 atentados em 15 horas"

"Para policiais, governo paulista é 'incapaz'"

(Folha de S. Paulo, 14 de maio de 2006)

"PCC (Primeiro Comando da Capital) faz mais de 120 atentados
e provoca 78 motins; 68 morrem"

"Delegacias e postos têm madrugada infernal"

"Especialistas dizem que atos de criminosos se repetirão"

(Folha de S. Paulo, 15 de maio de 2006)

"Lembo culpa 'elite branca' por violência"

"Polícia mata mais 22 suspeitos de fazer atentados"

"Senado aprova pacote para segurança"

(Folha de S. Paulo, 18 de maio de 2006)

"PM (Polícia Militar) diz que não matou inocentes"

"Para delegados, erros do governo ajudaram PCC (Primeiro Comando da Capital)"

"Polícia matou 107 suspeitos em 7 dias"

(Folha de S. Paulo, 19 de maio de 2006)

"Grupos mascarados voltam a atacar em São Paulo"

"População fica sem saber de quem ter medo"

"Em um só dia, 39 corpos foram enterrados em cemitério da zona leste"

(Folha de S. Paulo, 21 de maio de 2006)

"PCC (Primeiro Comando da Capital) eleva busca por condomínio"

(Folha de S. Paulo, 28 de maio de 2006)

No mês de maio de 2006, o Estado de São Paulo e o Brasil foram surpreendidos por uma onda de atentados promovidos pelo PCC (Primeiro Comando da Capital), organização criminosa surgida no interior do sistema penitenciário paulista, mas que vem realizando inúmeras ações violentas fora de seus muros. A repercussão na mídia pode ser dimensionada pelas manchetes acima transcritas, que costumavam vir acompanhadas pelo lema "Guerra urbana", grafado em letras vermelhas no jornal Folha de S. Paulo.

Segundo esse jornal, a primeira grande "onda" de atentados ocorreu entre os dias 12 e 19 de maio, envolvendo 299 ações, entre as quais incêndios a ônibus, ataques a delegacias de polícia e agências bancárias na capital e em cidades do interior, além de motins em 82 unidades do sistema penitenciário paulista. Na ocasião, a onda de violência foi interpretada como resposta à decisão do governo estadual de isolar líderes da facção criminosa no Centro de Readaptação Penitenciária (CRP), presídio construído em Presidente Bernardes, no interior do Estado de São Paulo, no âmbito de uma nova política penitenciária implementada durante o Governo Mario Covas (1992 - 2001), que consistiu, principalmente, na construção simultânea de 21 instituições penitenciárias fora da área metropolitana de São Paulo, onde as antigas unidades estavam concentradas.

Uma segunda série de ataques ocorreu entre os dias 11 e 14 de julho, quando os principais alvos foram os ônibus, com o incêndio de cem veículos e ataques a tiros a vários deles, em diferentes cidades do Estado de São Paulo.

Além do agravamento da sensação de insegurança que já vinha se expandindo de modo acelerado, da capital em direção a cidades médias e pequenas do interior do Estado de São Paulo, a partir dessa onda de atentados, algumas questões permaneceriam sem resposta, gerando mais intranquilidade: Como ficaria o papel do Estado na garantia da segurança pública se nem sequer podia garantir o isolamento dos presos mais perigosos no interior das penitenciárias? E quanto ao monopólio da violência pelo Estado? Como entender a capacidade revelada por uma organização criminosa que tem seus líderes confinados em instituições penitenciárias de levar jovens pobres da periferia da capital paulista a praticar atentados violentos?

O medo na cidade

Sabemos que um dos temas mais freqüentes e familiares no mundo contemporâneo é o da violência. Embora existam particularidades que caracterizam diferentes realidades nacionais e regionais, alguns elementos, como a insegurança, a sensação de que a ameaça é difusa, podendo estar em qualquer parte, parece ser bastante generalizada.

Trabalhos muito amplos acerca da História das Cidades, como às obras de Mumford (1998) e Benévolo (2003), problematizam tal contemporaneidade, ao possibilitar um questionamento pouco usual - quando a insegurança não foi uma das características centrais das cidades? Mas é preciso cautela. Como a História ensina, é imprescindível que se atente para as especificidades de cada período, para as relações entre as mudanças e as permanências, não como categorias excludentes, mas envolvendo contradições e retrocessos.

Assim percebemos que, a partir da Revolução Industrial, a insegurança assumiu novo aspecto, passando a ser associada quase exclusivamente a presença de inimigos internos diversos. Eram as multidões revoltosas e freqüentemente violentas, os muitos pobres que se marginalizavam, dentre os quais também as crianças passaram a agitar as ruas das cidades superpovoadas, além das doenças que afetavam principalmente os mesmos pobres mal alimentados, mal abrigados, mal agasalhados, mas que a eles não se limitavam, transformando-se em epidemias. Enfim, a insegurança estava intimamente associada à problemática convivência entre os diferentes segmentos sociais, dentre os quais se destacava, pelo papel que desempenharam na consolidação da sociedade capitalista, essa multidão de pobres que nunca deteve o controle do processo de transição, mas que dele se encarregaram, sendo sempre, portanto, uma presença necessária e inevitável.

Frente a tal quadro que foi se desenhando, a partir do século XVIII, com diferentes ritmos, mas em âmbito mundial, muitas estratégias de controle social foram sendo experimentadas, tendo muitas delas se institucionalizado: a polícia, a prisão, os asilos, os hospitais e manicômios, os códigos sanitários e de saúde pública, códigos de trânsito e de uso do solo urbano etc.

Sem deixar de levar em conta que tais estratégias de controle social nunca foram totais, ou seja, sempre comportaram desvios, fissuras e até mesmo geraram revoltas, mesmo assim, obtiveram considerável eficácia, sobretudo nos países que alcançaram maior desenvolvimento econômico e social. Mas nas últimas décadas, frente a novas mudanças experimentadas pelo próprio capitalismo, tais estratégias de controle social vêm se revelando cada vez mais limitadas, sobretudo através do crescimento da violência urbana que assume diferentes formas, atingindo com mais intensidade às grandes cidades dos países assim chamados "menos desenvolvidos", mas que está longe de ser exclusiva dessas cidades e desses países.

Outro aspecto desse processo de mudanças aceleradas da cidade, marcado também pelo acúmulo de contradições que caracterizaram sempre a convivência forçada (SEABRA, 2004, p.183), evidencia-se a partir da comparação do contexto acima referido (século XIX até início do XX), quando era necessário aventurar-se em bairros perigosos, para esquadrihar, para intervir, para controlar, sanear, normatizar, civilizar, enfim, modernizar, de acordo com os preceitos liberais, tais metrópoles. Apostava-se num determinado futuro. Assim, como nos lembra Seabra (2004, p.187), "a literatura faz crer que a cidade chegou a ser promessa de um mundo melhor porque dela foi veiculada para a sociedade inteira uma imagem de mundo com novas possibilidades, principalmente para os imigrantes rurais que deixavam os arados e as enxadas".

Atualmente, as estratégias pautadas no urbanismo defensivo, adotadas pela maioria daqueles cuja condição econômica permite, parecem apontar em direção bastante diversa, como o *workshop* "Produção do espaço urbano e loteamentos fechados" explorou amplamente. Uma frase, da professora Ana Clara T. Ribeiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, proferida na conferência de abertura do I Cimdepe (Seminário Internacional Cidades Médias: Dinâmica econômica e Produção do Espaço Urbano, realizado em Presidente Prudente - SP, em junho de 2005), sintetizou o atual movimento experimentado pelas diferentes cidades, embora com intensidades diferentes: (trata-se do) "presente que se propõe eterno, recusando projetos alternativos".

Impõe-se, portanto, aos pesquisadores que tratam da produção do espaço urbano e dos novos conteúdos e práticas sociais que lhe são atinentes, a tarefa de melhor caracterizar às relações entre a existência de novas formas de *habitats*, a crescente idéia de insegurança urbana e a

redefinição das relações entre espaço público e privado, nestes novos contextos. Billard e outros (2005, p.7) destacam:

A questão da *sécurisation* dos espaços residenciais em meio urbano não é nova. Ela é mesmo contemporânea à aparição e ao desenvolvimento das cidades. Mas, essa questão renova-se sem cessar e duas tendências fortes parecem emergir no decorrer de um período recente. A primeira é a multiplicação, ou seja a proliferação, geralmente na periferia de aglomerações, mas não exclusivamente, de enclaves residenciais fechados, cujo arsenal de segurança remete à simbologia da cidade fortificada. A segunda resulta de uma modificação das modalidades de vigilância do espaço urbano, sobretudo incluídas em seus espaços residenciais, em que as manifestações são múltiplas. Essa dupla tensão interroga a maneira de se viver em cidades e de se pensar ou de se representar uma série de transformações profundas no modo de vida, nas relações sociais, e no que se refere ao espaço.

Alguns especialistas, como Wieviorka (1997) e Benevides (1983), situam as transformações nas práticas violentas a partir das décadas de 1960 e 1970, e o primeiro chega a identificar um novo paradigma da violência que caracterizaria o mundo contemporâneo.

Mas hoje existem tantas formas de violência quanto às maneiras como nós nos relacionamos socialmente; duas características peculiares desse repertório das violências contemporâneas parecem ser a letalidade e a visibilidade, essa última amplamente garantida pela mídia, sobretudo pela televisão.

Nesse sentido, o tratamento conferido ao tema da violência pela mídia garante que nós nos reportemos, freqüentemente, mais a uma violência representada que a uma violência real. O que não significa que não haja uma relação entre o real e o representado, embora as relações entre ambos sejam variáveis, de acordo com o grau de sensacionalismo empregado, por exemplo. Esse conjunto de representações da violência contribui para criar ou reforçar um ritual moderno da violência, que age sobre as práticas cotidianas (IMBERT, 1992, p.15). No que se refere à letalidade, ela relaciona-se diretamente ao acesso facilitado às armas de fogo¹.

No caso da História do Brasil, a violência tem sido uma questão presente desde os seus primórdios, mas adquiriu características específicas em diferentes contextos. Nas duas últimas décadas, a violência também passou a caracterizar-se eminentemente como violência letal, visível e cotidiana, graças à abundância de armas de fogo, ao papel desempenhado pela mídia, e como fenômeno urbano, a despeito da violência no campo não ter desaparecido.

¹ Segundo a Organização Mundial da Saúde, 63% dos homicídios que ocorrem no mundo são ocasionados por armas de fogo, mas na América Latina essa cifra supera os 80%. Segundo Zaluar (1998, p.256), o comércio internacional de armas convencionais de guerra movimentou 22,8 bilhões de dólares em 1995.

A violência como dimensão do urbano

Neste artigo tratamos de algumas das dimensões da violência, por sua vez entendida como uma das dimensões do urbano, participando ativamente de sua produção, sobretudo pelo discurso do medo (BATISTA, 2003; CALDEIRA, 2000), que torna a insegurança cada vez mais generalizada. Levando em conta a complexidade adquirida por esse fenômeno nas últimas décadas, voltamos nossa atenção para as relações estabelecidas entre os jovens pobres da periferia paulistana com a cidade e aquela estabelecida pelas elites em relação à mesma cidade, ou, em outros termos, como cada um desses segmentos sociais se relaciona com fragmentos da capital paulista.

Partindo do pressuposto de que a violência torna a realidade cada vez mais caótica, confusa e incerta, sendo percebida de forma não menos confusa, nos colocando diante de um processo cultural que globaliza não somente mercadorias, imagens e informação, mas também o medo e a insegurança (BATISTA, 2003; SANTOS, 2000), as formas de violência são investigadas segundo sua natureza, sua escala de ocorrência e suas correlações com os processos estruturais e conjunturais, a partir dos atores sociais que ela põe em confronto, de acordo com sua racionalidade, seus sentidos e seus elementos simbólicos. Determinadas formas de violência são mais ou menos legitimadas e visíveis dependendo da força social da vítima e do agressor se explicam com base em representações sociais, mais ou menos compartilhadas.

É importante levar em conta as abordagens distintas da violência: como um ato de agressão física ou psicológica ou ambas, que fere, causa dor e sofrimento aos indivíduos, grupos, comunidades, populações, classes e nações agredidas (MORAIS, 1985; TAILLE, 2000); como técnica, instrumento social através da qual determinados interesses e lógicas podem se realizar, do indivíduo ao Estado (SANTOS, 1996); como ato de um tipo específico de política organizada ou não, reveladora de práticas, discursos e ações (SOARES, 2000); e, por fim, como ação dotada de linguagem e conteúdo que expressam símbolos, interesses, atores e identidades (PEREIRA e outros, 2000).

Assim, buscamos entender a lógica, os elementos simbólicos e os atores de um tipo específico de violência presente no cenário urbano brasileiro, principalmente da região metropolitana de São Paulo. Trata-se da violência cometida pelos marginalizados da urbe, que se expressam principalmente, no caso de São Paulo, através de circuitos econômicos ilegais, que vão

desde o trabalho ambulante até o tráfico de drogas varejista², se manifestando nas altas taxas de homicídio que caracterizam principalmente as periferias da metrópole³.

Importa ainda esclarecer, de antemão, que a referência à marginalidade não diz respeito à incorporação dos significados a ela atribuídos pela sociologia da modernização produzida entre os anos 1950 e 1960, que relacionava à migração para as cidades, de moradores das áreas rurais, à constituição de um segmento marginalizado, em função de sua suposta desadaptação em relação ao espaço urbano. Trata-se, no caso desta pesquisa, da incorporação da representação produzida pelos referidos protagonistas e vítimas, que inclusive já descendem de moradores da cidade há várias gerações.

É assim denominada *violência marginal* por estarem estes atores sociais, por um lado, marginalizados no espaço metropolitano, com direito muito limitado aos benefícios da metrópole, excluídos do sistema político, ocupando as formas mais indecentes de trabalho, visíveis na mídia apenas através de representações negativas, sem instrumentos técnicos e científicos capazes de permitir a elaboração de formas não-precárias de inserção. Por outro lado, são eles capazes de produzir um processo de identificação que se utiliza dos elementos cotidianos da marginalidade para, de alguma forma, excluir os que os excluem, ao menos simbolicamente (CASTELLS, 2000). É assim que as palavras *favela*, *periferia*, *bandido* e *ladrão* ganham centralidade na elaboração de formas de pensar e agir, bem com a linguagem cifrada de pessoas e grupos engajados em atividades criminosas, com origem, quase sempre, no interior do sistema carcerário.

Analisando essa violência a partir da tentativa de compreensão de como ela se constrói e se torna componente de um processo de individuação e identificação, recorreremos a observação participante do cotidiano de bairros da periferia paulistana, a partir da qual nos deparamos com a importância estratégica de uma das expressões culturais dos seus jovens marginalizadas - a música RAP - do inglês ritmo e poesia⁴ (ROCHA; DOMENICH; CASSEANO, 2001).

No livro "O poder da identidade", no qual Manuel Castells (2000) faz uma análise da identidade negra nos Estados Unidos, encontramos alguns subsídios para entender a identidade marginal em São Paulo, desde que, se leve em conta às peculiaridades do Brasil:

[...] os guetos do final do milênio vêm desenvolvendo uma nova cultura, composta de aflições, raiva e reação individual contra a exclusão coletiva, em que a negritude importa menos que as

² Não desconsideramos a participação de segmentos das elites na outra ponta deste circuito econômico ilegal, apenas estamos voltando nossa atenção aos "marginalizados da urbe", deixando para tratar da violência da elite em parte posterior deste artigo.

³ Segundo o sistema de informação sobre mortalidade do Ministério da Saúde, ao longo da década de 1990, os homicídios aumentaram 197% no Estado de São Paulo. No ano 2000, 10.593 pessoas foram assassinadas nesse Estado, sendo que aproximadamente metade destes assassinatos ocorreu na região metropolitana.

⁴ Neste artigo, nos baseamos particularmente na análise das letras dos Racionais, grupo de RAP com grande penetração, sobretudo na metrópole paulistana.

situações de exclusão que geram novas formas de vínculos, por exemplo, gangues territoriais, nascidas nas ruas e consolidadas pelo entra-e-sai das prisões. O rap, e não o jazz, é produto dessa nova cultura, que também expressa uma identidade, também está fundada na história negra [...] de racismo e opressão social, no entanto incorpora novos elementos: a polícia e o sistema penal como instituições centrais, a economia do crime como chão da fábrica, as escolas como área de conflito, as igrejas como redutos de conciliação, famílias madrecêtricas, ambientes depauperados, organização social baseada em gangues, uso da violência como meio de vida. (CASTELLS, 2000, p.76)

Identidade marginal

Um outro fato importante na emergência de uma nova identidade que entra em cena diante de identidades já consolidadas é o fato de que um novo ator surge em tempos de mutação social ou crise das instituições normativas, com caráter anômico, portador de novos discursos, interpretações e ações públicas e privadas, o que pode ser simultaneamente um elemento de instabilidade diante das instituições sociais ou um elemento precursor (IMBERT, 1992). Essa é uma das principais características da identidade marginalizada que entrou em cena no cenário metropolitano brasileiro nas últimas duas décadas, mas que ainda não se tornou completamente legível.

Tal identidade marginal surge exatamente no momento em que o Brasil é impactado por um conjunto de transformações globais e nacionais, sendo as metrópoles os principais *locus* de realização destas transformações. Internacionalmente há modificações técnico-científicas que redefinem as formas de comunicação e o relacionamento e, principalmente, redefinem as relações estruturais entre capital e trabalho, o que afeta diretamente a identidade do trabalhador, os valores positivos do trabalho, a leitura e as representações de mundo do trabalhador. Tal processo provocou um vácuo entre as gerações mais maduras e as novas gerações, particularmente entre as populações pobres dos grandes centros urbanos brasileiros.

Embora muito tenha sido debatido nas últimas décadas acerca da polêmica "crise da sociedade do trabalho" e autores como Clauss Offe (1984) tenham alertado para os muitos aspectos nela envolvidos, essa dimensão da relativização do valor moral do trabalho⁵ e de seu impacto nas relações entre pais e filhos dos moradores da periferia ainda não foi suficientemente valorizada. O fim das promessas de inserção na sociedade de consumo, sobretudo através de um emprego digno e a ausência de modelos positivos e inspiradores, são indícios ainda pouco explorados, para os quais começamos a atentar a partir das relações familiares identificadas, que se dão, sobretudo em torno da figura materna, ocorrendo uma representação positiva da mãe e outra não muito positiva da figura do pai. Isso se relaciona à grande quantidade de mulheres chefes de família entre as populações pobres e à constituição de uma rede de solidariedade principalmente

⁵ Importante não esquecer do caráter de construção histórica, típica da sociedade capitalista, do papel moralizador adquirido pelo trabalho assalariado (THOMPSON, 1998; CASTEL, 1998).

no cuidado com as crianças, com os idosos, com os doentes e com os presos nas periferias, favelas, etc.

Estudando a região metropolitana do Rio de Janeiro, Zaluar (1998) identificou outros aspectos desse mesmo processo que, segundo ela, se caracterizaria também como feminização e infantilização da pobreza, já que, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1989, 50,5% das crianças e adolescentes brasileiros pertenciam a famílias cuja renda familiar *per capita* era menor do que meio salário mínimo, enquanto 27,4% estavam em famílias com renda inferior a um quarto de salário mínimo. Destas últimas famílias, 56% eram chefiadas por mulheres. Segundo os dados de 1991 (IBGE), no *decil* mais baixo de renda da população brasileira, 30,4% das famílias eram chefiadas por mulheres. A partir desses dados, a autora comenta:

Isso vem constituir o que se denominou a nova pobreza: apesar da entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, pouco mudaram as idéias acerca dos papéis complementares dentro da família, fato ainda mais agravado pela fácil dissolução dos casamentos e o aumento do número de famílias em que a mãe é o único elo entre os irmãos criados juntos.[...] Os efeitos da revolução sexual, que marcou globalmente as quatro últimas décadas, durante a qual os laços do casamento se afrouxaram, a responsabilidade paterna encolheu e a liberdade sexual tornou-se mais importante do que a criação dos filhos, se fizeram sentir de modo particularmente perverso entre os pobres dos países menos desenvolvidos, onde a política de bem-estar nunca se efetuiu, onde quase não há proteção contra o desemprego e onde o sistema escolar permaneceu pouco preparado para os desafios dessa modernidade do século XX (ZALUAR, 1998, p.273-274).

Diante deste cenário, a identidade marginal reelabora os valores presentes no cotidiano da marginalidade, organizando novos sentidos para a morte e para a violência. Um novo personagem surge com destaque: o *mano*. Mano nos remete a uma certa visão de irmandade, possivelmente derivada de *hermano*, expressão muito usada em filmes que retratam as gangues de hispânicos nos Estados Unidos. O *mano* é alguém igual, em que se pode confiar e se identificar, geralmente de pele escura, mestiço, que pode ser um trabalhador, um bandido, um negro, um marginalizado...

Antes de brotar um sentimento de total marginalidade havia uma polarização evidente entre trabalhador e bandido nas periferias da metrópole, que ajudava a legitimar esquadrões da morte e grupos de extermínio. Com a precarização do trabalho e a valorização do consumidor, o bandido passou a ter uma posição relativamente mais destacada e positiva, por ter sua condição de consumo otimizada em relação ao trabalhador. Há indícios de que isso ajudou a elevar as taxas de criminalidade, porém, mais do que isto, difundiu entre os marginalizados da metrópole, que se identificam como tal, uma nova interpretação da realidade, uma nova linguagem e uma estética própria daqueles envolvidos diretamente com práticas ilegais, exigindo, para sua compreensão,

avaliações menos morais por parte do pesquisador, já que a polarização simplificadora de um mundo dividido entre o bem e o mal é problematizada⁶.

Nesse sentido, novamente as transformações na linguagem são reveladoras. Até o início dos anos 1990, aproximadamente, *ladrão* era a forma característica dos agentes penitenciários e dos policiais de referirem aos presos, suspeitos ou condenados. Tratava-se, evidentemente, de expressão desqualificadora, além de denunciadora do descrédito dos próprios envolvidos com as agências supostamente responsáveis pela recuperação dos condenados, e não apenas pela sua punição. Atualmente, *ladrão* é cumprimento corriqueiro entre jovens da periferia, entre manos, expressão de preocupante redefinição ou da indefinição dos limites e distinções entre ordem e desordem, além de forte indício da fragmentação experimentada pela cidade, na qual parece haver cada vez menos práticas e valores compartilhados.

Essa identidade vai redefinir também um conjunto de valores sobre si, sobre os demais grupos sociais e sobre as instituições sociais; ao se criar ela cria seus opositores, opondo-se diretamente às instituições do Estado, principalmente as encarregadas do controle social - a polícia, o sistema carcerário e o sistema judiciário - bem como aos grupos sociais entendidos como participantes e beneficiários das divisões sociais produzidas pela organização social globalizada.

Nas letras de RAP, os policiais são chamados de *gambé*, *ganso* e *coxinha*, este último é uma referência à década de 1980, quando os policiais patrulhavam as ruas em fuscas que pareciam coxinhas de galinha. Elites, classe média, etc. são representados pela figura do *playboy* e a sociedade é chamada de *sistema* em alusão ao sistema penitenciário.

Mas essa identidade vai contar também com fortes componentes territoriais e simbólicos, como *periferia*, *favela*, *viela*, *gueto*, *morro*, *cortiço* e *COHAB* (Conjunto Habitacional). Embora haja um sentimento de irmandade, este não impede que as relações sociais internas do grupo sejam regidas por sentimentos de competição e conflito - "eu só confio em mim, mais ninguém"; "ninguém confia em ninguém, nem você." Neste caso, se evidencia seu caráter contraditório, uma vez que reproduz, de forma exacerbada, característica central da sociedade a que, em outros aspectos, procura se opor. Além disso, há um forte sentimento de religiosidade e um fascínio pela morte e a violência - "programado para morrer, nós é..."

A seguir trechos de músicas demonstram algumas dessas dimensões:

... Negro drama, entre o sucesso e a lama, dinheiro, problemas, inveja, luxo, fama.
Negro drama, cabelo preto e a pele escura, a ferida a chaga, a procura da cura.
Negro drama tenta vê e não vê nada, a não ser uma estrela longe meio ofuscada.
Senti o drama, o preço a cobrança, no amor, no ódio, a insana vingança.

⁶ Sobre esse aspecto moral, são importantes as considerações de Carvalho (2000, p.53), retomadas ao final desse texto.

Negro drama, eu sei quem trama e quem tá comigo,
o trauma que eu carrego pra não ser mais um preto fudido.
O drama da cadeia e favela, túmulo, sangue, sirenes, choros e velas.
Passageiro do Brasil, São Paulo, cofia, que sobrevive em meios as honras e covardias.
Periferias, vielas, cortiços.
... Desde de o início por ouro e prata, olha quem morre, então, veja é você quem mata.
Recebe o mérito a farda que pratica o mal, me ver pobre, preso ou morta já é cultural.
Histórias, registros e escritos, não é conto, nem fábula, lenda ou mito.
Não foi sempre dito que preto não tem vez, então, olha o castelo e não foi você quem vez cuzão.
Eu sou irmão dos meus trutas de batalha, eu era a carne agora sou a própria navalha.
Tim tim! um brinde pra mim, sou exemplo de vitórias, trajetos e glórias.
O dinheiro tira um homem da miséria, mas não pode arrancar de dentro dele a favela.
... Eu visto preto por dentro e por fora, guerreiro, poeta, entre o tempo e a memória, hora.
... Falo pro mano que não morra e também não mate.
... Pesadelo, hum, é um elogio, pra quem vive na guerra a paz nunca existiu.
Num clima quente, a minha gente soa frio.
Vi um pretinho seu caderno era um fuzil.
... Eu sou um mano, homem duro do gueto, Brown oba, aquele loco que não pode errar.
Aquele que você odeia amar neste instante, pele parda e ouço funk.
Vim de onde vem os diamantes, da lama...
(Negro Drama; RACIONAIS)

Racistas otários (polícia) nos deixem em paz, pois as famílias pobres não agüentam mais.
Pois todos sabem, todos temem, a indiferença por gente carente que se tem.
E eles vêm com toda autoridade e preconceito eterno e nossos
passos se transformam num verdadeiro inferno.
E reclamar direito de que formas, se somos meros cidadãos e eles o sistema e a
nossa desinformação ainda é a treta.
Mas mesmo assim, enfim, queremos ser iguais.
Racistas otários nos deixem em paz.
(Racistas Otários; RACIONAIS)

A partir de uma linguagem carregada e da aparente desorganização do discurso, é a desorganização social que se denuncia, ainda que, contraditoriamente, muitos de seus aspectos sejam incorporados e a inacessibilidade a outros ajude a gerar tal denúncia. Assim, por um lado são freqüentes e repetidas palavras como *negro*, *preto* e *pretinho*, por outro se denunciam os *racistas otários* e seu *preconceito*, inclusive no título da música. Além disso, certas imagens, acessadas a partir de composições inusitadas, expressam contradições radicais e cotidianas – “até no lixão nasce flor”; “negro drama, entre o sucesso e a lama”; “eu era a carne, agora sou a própria navalha”; “vi um pretinho seu caderno era um fuzil.” Essa última destaca-se pela referência a uma figura infantil, o *pretinho*, em sua relação com a violência, representada pelo fuzil, por sua vez criticada através do caderno que devia estar presente, mas está ausente, numa clara alusão ao papel de tais representações sociais, sobre o qual nos fala Lefebvre em seu livro “La presencia y la ausencia” (1983).

Tais relações tornam-se ainda mais claras no depoimento colhido por Zaluar (1998), em Duque de Caxias, subúrbio do Rio de Janeiro, de um jovem, sobre jovens e suas *galeras* (grupos):

O que você faz para se divertir?

Eu vou para qualquer baile que tem por aí, eu vou.

E você tem galera?

Tenho [...] Moleque sai na porrada mesmo, não peida não. Eles batem muito. Até eu, eles não me bate, não. Mas até tu, às vezes quando sai porrada, moleque quebrar a gente, e: Ah, Geovani, vamos embora quebrar aqueles moleque ali. Aí a gente vai, faz o maior galerão no baile, e sai dando bico. Até eu fico com medo às vezes. Mas eu sou acostumado. Antigamente, eu não sabia brigar [...] o meu apelido, antigamente, era Galinha. Não sabia brigar. Patinho, Cu D'Água. Ficavam me esculachando: "Qual é, mané?" Agora não, agora, qualquer coisa, eu saio na porrada logo. [...]

Então, você aprendeu a brigar na rua?

Na rua. Dentro de casa não aprendi a brigar, não. Dentro de casa, aprendi a lavar louça, fazer tudo de mulé. Na rua, não. Antigamente eu lavava louça, agora é ruim eu lavar louça. Quem lava é minha irmã. Fazia... mas também foi bom, agora eu sei fazer arroz, feijão, canjica, qualquer coisa que mandar eu fazer, eu faço. Ovo.

Você gosta de fazer isso?

Gosto, aprendi com minha mãe (ZALUAR, 1998, p.298).

Para entender a ação violenta é necessário conhecer sua lógica e seu resultado prático na vida daquele que age por meio da violência, ou seja, a simples desqualificação por critérios morais, que por vezes gera mesmo representações sociais desumanizadas, portanto negadoras de qualquer racionalidade em comportamentos que são incompreensíveis apenas superficialmente, ou por seu caráter imprevisto, inesperado, em nada contribui para o enfrentamento de uma realidade que diz respeito a todos, sobretudo aos moradores das metrópoles, ainda que afete cada segmento de maneira diferente. Além disso, e ainda mais importante, tal realidade não diz respeito apenas ao presente, mas, sobretudo ao futuro - para onde estamos indo... - já que os principais atores desse cenário preocupante são os jovens. Recorremos a Pierre Bourdieu (1996, p.238) para reforçar a importância desse esforço de compreensão:

os agentes sociais não agem de maneira disparatada, [...] eles não são loucos, [...] eles não fazem coisas sem sentido. [...] há uma razão para os agentes fazerem o que fazem, [...] razão que se deve descobrir para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes, [...] em uma série coerente, em algo que se possa compreender a partir de um conjunto coerente de princípios.

Bourdieu (1996) buscou analisar a ação social através daquilo que ele chamou de sistemas de trocas simbólicas ou economia das coisas sem preço. Tal sistema é como um jogo, no qual os indivíduos que se engajam no jogo, se prendem de uma tal forma que parece que jogar vale a pena sempre. Os indivíduos se reconhecem no jogo, buscam as melhores posições e se fartam delas.

No caso da identidade marginal o jogo é jogado por todos: por trabalhadores e bandidos principalmente. Todavia este é um sistema de trocas entre os gêneros: masculino e feminino, carregado de machismo e mediado pelo hedonismo consumista, radicalizando mais uma vez aspectos negativos presentes, por vezes hegemônicos, na sociedade capitalista.

De acordo com as letras de RAP dos Racionais, ao homem cabe acumular objetos mercadológicos reconhecidos pelos participantes como objetos de desejo: dinheiro, roupas de grifes, carros, motos, jóias etc., para trocá-los pelo potencial afetivo-sexual feminino e pela popularidade e prestígio dentro do grupo social. Nesse universo masculino, ganha importância particular a presença das armas de fogo, cuja função simbólica foi observada por Briceño-León (2003, p. 19), para quem ela “representa a masculinidade, o valor e a capacidade de defender-se e demonstrar sua hombridade e sua coragem entre os jovens. É muito relevante assinalar que cerca de 90% das vítimas de homicídios são jovens”⁷.

À mulher cabe se tornar atraente para trocar sua capacidade afetiva e sexual pela possibilidade de usar os objetos acumulados pelo homem - “a mulher mais linda, sensual e atraente, a pele cor da noite, lisa e reluzente.” Quanto maior a capacidade masculina de consumo maior sua possibilidade de assumir uma posição de prestígio e destaque dentro de um grupo e superdimensionar sua capacidade de relacionamento afetivo-sexual - “É quem não quer chegar de Honda preto em banco de couro, e ter a caminhada escrita em letra de ouro.” Também não se trata mais de possuir um carro, qualquer carro, mas carros importados (Honda, Audi, Citroen são citados diretamente), com banco de couro, do mesmo modo que não se trata mais de possuir um tênis, mas, simbolicamente, uma loja de tênis - “vem na minha mente inteira, uma loja de tênis, o olhar do parceiro, feliz de poder comprar, o azul, o vermelho, o balcão, o esteiro, o estoque, o modelo”.

Sugere-se assim, que a enorme potencialização do fetichismo da mercadoria de que já nos falava Marx no século XIX, garantida pela mídia e pelas agências de publicidade cada vez mais eficientes, não atinge apenas as parcelas do mercado as quais se direciona, mas também aqueles cuja existência as campanhas de publicidade procuram ignorar. Os símbolos do consumo tornam-se universais, mas podem ter significados um pouco diferentes ou implicar em estratégias diferentes para sua obtenção⁸.

Quanto à mulher, de acordo com as letras de RAP analisadas, não lhe resta qualquer possibilidade de atuação autônoma, mas apenas ser mera coadjuvante, sem caráter - “sendo assim, sem chance, sem mulher, você sabe muito bem o que ela quer. Encontre uma de caráter se você puder!”; “a confiança é uma mulher ingrata, que te beija e te abraça, te rouba e te mata”. Situação

⁷ Segundo estatísticas do Ministério da Saúde, em 1991, na faixa entre 20 e 39 anos, morriam 12,5 homens para cada mulher no Brasil. No Rio de Janeiro, a taxa de mortes violentas provocadas por armas de fogo, na faixa etária entre os 15 e os 19 anos subiu de 59 para 100 mil para 276.

⁸ Neste aspecto, é importante lembrar também das implicações da adoção do modelo neoliberal em escala global, uma vez que sua ênfase no mercado e na redução do papel do Estado, radicaliza, ainda mais, a tendência à transformação do cidadão em mero consumidor.

diferente é a da mãe, como acima referido, mas essa não parece ser identificada a partir da mesma lógica, de gênero.

Isto paulatinamente fez com que o trabalhador fosse perdendo uma posição de destaque para os envolvidos com atividades ilegais, sobretudo com o crime organizado, porque estes últimos conseguem, pela natureza de sua atividade, uma capacidade de consumo maior que a dos outros personagens, inclusive em relação ao trabalhador - "tiazinha trabalha há trinta anos e anda a pé, às vezes isso revolta". Todavia, essa é uma troca na qual o preço não se estipula, não se fala, não se comenta, mas ele existe.

O consumo de mercadorias aumenta o valor estético do indivíduo consumidor em relação aos demais. É uma forma de destaque e visibilidade individual, assim como a identidade é uma forma de destaque e visibilidade coletiva. Parte importante do uso da violência se realiza para se conseguir uma posição otimizada neste sistema de trocas, ou seja, o preço pago pode ser a própria vida, daí sua desvalorização anteriormente comentada, também presente nas letras de RAP. No cotidiano, a violência serve para instrumentalizar atividades criminosas: roubos, furtos, tráfico de drogas etc., e resolver conflitos, que na maior parte das vezes tem ligação direta com estas atividades. Os trechos a seguir são exemplares:

... Quem não quer brilhar, quem não mostra quem,
ninguém quer ser coadjuvante de ninguém.
Quantos caras bons no auge se afundaram, por fama, e tá
tirando dez de havaianas (chinelos).
E quem não quer chegar de Honda preto em
banco de couro, e ter a caminhada escrita em letra de ouro.
A mulher mais linda, sensual e atraente, a pele cor da noite, lisa e reluzente.
Andar com quem é mais leal e verdadeiro, na vida ou na morte o mais nobre
guerreiro.
O riso da criança mais triste e carente, ouro, diamante, relógio e corrente.
Ver minha coroa (mãe) onde eu sempre quis por, de turbante, chofer, uma
madame nagô.
Sofrer pra que mais se o mundo jaz do maligno,
morrer como homem e ter um velório digno.
Eu nunca tive bicicleta ou vídeo-game, agora eu quero o mundo igual
cidadão Cane...
(DA PONTE PRÁ CÁ; RACIONAIS)

... Imagina nós de Audi ou de Citroen, indo aqui, indo ali, só pam, de vai e
vem.
[...] Firmeza ! Não é questão de luxo, não é questão de cor, é questão que
fartura, alega o sofredor.
Não é questão de presa (presença), nem cor, a idéia é essa.
Miséria traz tristeza, e vice-versa.
Inconscientemente, vem na minha mente inteira, uma loja de tênis, o olhar
do parceiro, feliz de poder comprar, o azul, o vermelho, o balcão, o esteiro, o
estoque, o modelo.
Não importa, dinheiro é truta (amigo), e abre as porta...
(V. L. PARTE II; RACIONAIS)

Como uma guerra

Identificamos então, uma das características mais importantes da identidade marginal - a representação social da realidade como uma guerra, ou seja, em estado belicoso. É como se viver na periferia da metrópole fosse estar mergulhado em uma "guerra civil molecular", como disse Marcelo Lopes de Sousa (2000). Os identificados com essa identidade atribuem a si mesmos o papel de soldados e sobreviventes. Mas muito diferentemente da luta de classes paradigmática que ancora os trabalhos de Marx, neste caso, o inimigo pode ser qualquer um, um inimigo sem rosto, embora a polícia a priori seja vista como um inimigo ou no mínimo com um alto grau de desconfiança, que se estende aos grupos sociais integrados ao Estado, ao mercado e a grande mídia, como comentamos anteriormente. Além disso, o que se aponta, enquanto perspectiva futura, está muito distante de uma sociedade mais justa.

Por outro lado, seguindo uma lógica semelhante, ainda que pautada em experiências diferentes, os tais grupos sociais integrados, sobretudo as elites, mas também crescentemente, as classes médias, adotam cada vez mais o *urbanismo defensivo*, ou seja, segregam-se em condomínios fechados, almejando um convívio exclusivo com seus manos. Tal estratégia implica no abandono da cidade enquanto espaço público por excelência, justamente pelos mais instrumentalizados para lutar pela sua recuperação. Mas se esforçam também por segregar, clamando sempre, junto com a mídia, por *cadeia*, para todos aqueles que continuam a ameaçá-los, a despeito dos sistemas de segurança e das muralhas atrás das quais procuram proteger-se⁹.

Caracterizando-se ambas as estratégias pelo imediatismo, sintetizam um movimento em direção a fragmentação social, materializado na fragmentação da cidade, uma vez que se trata de um esforço amplo de isolamento de suas diferentes partes¹⁰. Sua explicação relaciona-se a História do Brasil, na qual a cidadania nunca foi plena, nem para todos, uma vez que nunca foi conquistada, tendo sido concedida na forma de direitos sociais, mas acompanhada da supressão dos direitos políticos e da redução dos direitos civis, em plena Ditadura Vargas (1937-1945). Como observa Carvalho (2006, p.83), "os benefícios sociais não eram tratados como direitos de todos, mas como fruto da negociação de cada categoria com o governo. Assim a sociedade passou a se organizar para garantir os direitos e os privilégios distribuídos pelo Estado".

⁹ Como já mencionamos em nota anterior, isso não significa que membros das elites também não participem de circuitos econômicos ilegais, como o tráfico de drogas varejista, embora consigam fazê-lo, em geral, com pouca visibilidade.

¹⁰ Ao enfatizar duas posições polarizadas dessa sociedade, reconhecemos sua centralidade, a despeito de não ignorarmos a existência de importantes experiências promovidas por ONGs, instituições públicas (como a UNIFESP, por exemplo, na área da saúde), prefeituras (como a implantação da "lei seca" pela Prefeitura de Diadema), que apontam num sentido oposto à fragmentação, representando, no entanto, exceções à regra.

Como resultado dessa trajetória, agravada ainda por um contexto de crescente hegemonia do discurso neoliberal, impõe-se cada vez mais a percepção de que “para eu ter direito, alguém não vai ter, porque não dá para todos” (CARDIA, 1999), ou seja, de “escassez de direitos”, a partir da qual a exclusão se potencializa.

Adorno e Cardia (1999) identificam as percepções sociais da violência como *drama social*:

Como “drama social” que envolve atores situados de modo diferente na arena da vida coletiva, o crime traduz um sentimento desmesurado de medo: o perigo está muito próximo, circunda as ruas, o ambiente privado dos lares e do trabalho. Está também difuso e presente nos demais recônditos espaços da vida social. Todo contato ou vínculo social passa a ser visto como passível de impureza, o que reforça expectativas de isolamento e segregação. Trata-se de um sentimento perverso: ao mesmo tempo que expressa a insegurança da vida social na sociedade brasileira na sua etapa contemporânea de realização, reacende desejos de soluções drásticas, enérgicas [...] (ADORNO; CARDIA, 1999, p.88).

Diante desse quadro, é pertinente a retomada do papel da mídia, sobretudo mediante essa sensação de medo difuso, de ameaça imprevisível, de que nos falam esses autores e que nos parecem familiares. Segundo Veron (apud IMBERT, 1992, p.62), a “mídia formaliza o real, introduz ordem onde havia caos”, ou seja, “ela produz realidade.” Ela produz uma dada realidade, muitas vezes pautada em estereótipos sociais (por exemplo: a maioria dos presidiários é negra ou mulata, os sem teto são migrantes nordestinos, pessoas que se vestem de maneira pouco convencional ou pintam os cabelos usam drogas, etc.) e em simplificações (por exemplo: os pobres são todos perigosos).

A realidade produzida pauta-se ainda, na oposição ordem/desordem, sendo a primeira em geral associada a instituições de controle social e a segunda, muitas vezes, associada a manifestações populares. Reforça-se, assim, a tendência de situar o perigo no outro, personificado no aidético, no negro, no favelado, no homossexual, ampliando-se a tendência que não é nova de identificação de bodes expiatórios para os problemas sociais.

Este cenário urbano instável e ameaçador adquiriu características específicas face ao processo de transição política experimentado no Brasil, a partir do final da longa ditadura militar (1964-1985). O trabalho de Caldeira (2000) é esclarecedor a esse respeito, sobretudo por chamar a atenção para uma dimensão ainda pouco valorizada, a dimensão política, nos debates acerca da questão urbana e de sua correlata, a questão da violência, na História do Brasil. Ela situa nos anos 1980, a gênese das transformações sobrepostas ao padrão centro-periferia, que geraram espaços nos quais diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas separados por muros e tecnologias de segurança - prédios de apartamentos, condomínios fechados, conjuntos de escritórios e *shopping centers* - e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns.

Segundo essa autora, tal periodização não é casual, uma vez que essas transformações podem ser interpretadas como uma reação das elites ao processo de democratização então em

curso, tendendo a estigmatizar e excluir aqueles que acabaram de forçar seu reconhecimento como cidadãos, como expressava o conteúdo da nova Constituição, aprovada em 1988, que incluía muitos dos direitos reivindicados pelos trabalhadores organizados, como direito ao trabalho, à auto-organização, à saúde, à educação, direitos da criança e do adolescente, direito a terra, ao *habeas-corpus*, ao *habeas-data*, à velhice digna, etc. Embora não se ignore o desafio colocado pela efetivação dessas garantias, mesmo assim, a Constituição de 1988 foi interpretada como “a mais acabada que as condições históricas permitiam” (OLIVEIRA, 1999, p.65), ou como “reflexo do avanço ocorrido no país, especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às minorias” (FAUSTO, 1996, p.525).

Levando em conta ainda à crise econômica, deixada como herança pelo Regime Militar para os governos democráticos que o sucederam nos anos 1980, e a perda expressiva de postos de trabalho¹¹ resultante tanto da mundialização do capital, quanto da política de privatizações adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) em seus dois mandatos (1995-2002), delineia-se um contexto de incertezas em que muitas pessoas se sentiram ameaçadas e reagiram reforçando divisões e diferenças. Se considerarmos ainda que a ausência de perspectivas de retorno ao mercado de trabalho formal pode significar ser socialmente representado como descartável, perigoso, e mesmo desumanizado, compreendemos tanto a relevância adquirida a partir dos anos 1990, pelo conceito de exclusão social que, embora não trate de um fenômeno novo, tem o mérito de apontar para sua dimensão cultural, ajudando a desvendar a dramaticidade da situação vivida pelos tais excluídos em países como o Brasil, como o redimensionamento da importância das instituições de controle social.

A dimensão política também é valorizada por Batista (2003), em sua relação com a questão da violência urbana, em trabalho que merece destaque por seu caráter inovador. Sua proposta, concebida de um ponto de vista histórico, é de analisar as rupturas e permanências de histórias do medo na cidade do Rio de Janeiro, porém a partir da desconstrução do seu objeto de pesquisa, “o medo corporificado em políticas através de discursos hegemônicos da realidade brasileira” (BATISTA, 2003, p.59). Esse medo está presente e não pode ser desmerecido, a despeito da criminalidade que caracteriza os grandes centros urbanos do Brasil ser eminentemente contra o patrimônio e, mais recentemente, relacionada ao tráfico de drogas. Mas o que as estatísticas sugerem, embora não possamos ignorar seu caráter problemático, é que se trata da violência contra a pessoa, caracterizada como violação dos direitos humanos e, freqüentemente, de violência de

¹¹ Conforme o Ministério do Trabalho, de julho de 1994 até o início de 1997 foram eliminados 755 mil empregos formais no Brasil; no período de 1990 – 1996 a cifra chega a 2,4 milhões.

pobres contra pobres, embora não haja qualquer correlação comprovada entre pobreza e violência¹².

A centralidade do urbano nas discussões acerca da violência contemporânea sugere que ele não pode mais ser visto como lugar exclusivamente do moderno e dos comportamentos racionais de tipo utilitarista, como nos alerta Carvalho (2000), a partir de pesquisa sobre o Rio de Janeiro, complementando que

o urbano abre-se a pesquisas sobre a intensa fragmentação cognitiva e valorativa dos seus habitantes e sobre os canais de circulação entre os diferentes 'mundos' que ali interagem. A qualidade 'urbana' da violência aponta menos para o repertório clássico da sociologia – com os temas da migração interna e da inadaptação dos migrantes ao universo moderno-industrial – e mais para a tensão constitutiva das cidades contemporâneas, em uma chave, por sua vez menos normativa e mais compreensiva (CARVALHO, 2000, p.53).

O cotidiano das periferias e favelas dos grandes centros tem sido representado como um estado permanente de combate. A vida pelo trabalho é uma batalha metafórica, a vida no crime é uma batalha real com a polícia. A vida é uma batalha de discurso com a mídia, de visibilidade com os grupos integrados e de acesso ao mercado. Daí que nas letras de RAP, aquele que consegue se levantar no dia seguinte, num eterno presente, sem projetos ou com projetos imediatos é um sobrevivente, um soldado do cotidiano. Mas é preciso evitar a análise fragmentada e compreender que a representação da *guerra* relaciona-se a toda a cidade, portanto, as formas contemporâneas de urbanização, que, por sua vez, decorre da globalização das relações econômicas determinadas por estratégias de dominação. Como vários autores têm sugerido, vivenciamos "a barbárie da urbanização desigual" (ver, por exemplo, PEDRAZZINI, 2006, p.76).

As passagens a seguir ajudam a ilustrar tal representação das periferias e favelas:

Um, dois, um, dois. Vamos chamar o pelotão do sul, norte, leste, oeste.
Vamos encurralar, eles não podem nos deter, essa guerra a gente não pode perder.
Eu, eu sonho alto ainda sou menino, agradeço a Deus por ainda estar vivo.
No meio da revolta, ódio, covardia, que tá do lado certo, aí, me inspira.
Nove meses na barriga da mãe, não posso ser traíra, desandar da vida.
Ela confia em mim não quer me ver assim: humilhado, fracassado, no caminho do fim.
Se sou a esperança do futuro, de que futuro, as vezes o presente é uma prisão sem muro.
Eu quero ter essa lição, sei que não é bom.
O meu futuro é ser soldado da nação.
Mãos pra cima toco, mãos pra cima.
(SAÍDA DE EMERGÊNCIA; DMN)

Minha condição é sinistra não posso dar rolê (divertir), não posso ficar de bobeira na pista .
Na vida que eu levo eu não posso brincar, eu carrego uma 9 (pistola 9 mm)
e uma AK (fuzil automático Kalashnikov – 47).

¹² Segundo as estatísticas policiais, na região metropolitana do Rio de Janeiro, por exemplo, a taxa de homicídios triplicou na década de 1980, passando de 23 mortes para cada 100 mil habitantes em 1982 para 63,03 em 1990, período em que a população da cidade aumentou 1,13% ou seja, permaneceu quase estacionária. Além disso, boa parte desses homicídios aconteceu nos municípios da periferia pobre da região.

Pra minha segurança e tranquilidade no morro, se pá, se pam, eu sou mais um soldado morto.
24 horas de tensão, brigado com a polícia, bolado com os alemão (inimigos).
(SOLDADO DO MORRO, MV BILL)

Considerações finais

O surgimento de uma identidade marginal no cenário metropolitano é, por um lado, uma tentativa de dar sentido a uma vida vivida em um processo de marginalização nas grandes cidades, bem como de dar visibilidade a um conjunto da população que pela sua marginalidade se tornou invisível diante dos demais grupos sociais, do Estado e da grande mídia. Por outro lado, o uso da violência ocorre invariavelmente como um meio de viabilizar o hedonismo consumista, sobretudo, mas não exclusivamente, por jovens pobres que, para isso, envolvem-se em atividades criminosas, particularmente com o tráfico de drogas, e como meio de resolver conflitos de diferentes naturezas.

Este processo de identificação tornou visível a linguagem, a estética, as interpretações e as dificuldades da vida de pessoas ligadas a atividades criminosas e dos presos no sistema carcerário, em geral encobertos pelos componentes inerentes a identidade do trabalhador, fragilizada nos últimos anos. Embora os envolvidos com as atividades criminosas sejam poucos, suas formulações se tornam hegemônicas, exercendo uma espécie de liderança cultural entre as novas gerações de populações subalternas metropolitanas. Mas tal processo também implicou no aumento do distanciamento das elites e classes médias em relação aos pobres em geral, cada vez mais representados como potencialmente perigosos - os outros, diferentes, de quem se quer distância.

Explicitando com radicalidade às contradições desse processo, Eugenio Bucci afirma que "temos medo de ser mortos pelos párias que matamos diariamente. Que matamos de desemprego, de fome, de vergonha. O nosso medo de morrer se converte assim num desejo de matar - não genérico, mas específico" (2004, p.109), confrontando-se diretamente com o mito, longamente reproduzido, de que o Brasil é um cenário privilegiado por natureza, caracterizado pela democracia racial, pela presença de heróis-malandros, líderes populistas e tantos outros bem humorados boas vidas que, através do famoso jeitinho, nos livraram sempre do conflito e da violência que, portanto, só poderia estar nos outros, não brasileiros, estranhos e diferentes...

Atualmente, boa parte do espanto e do pânico gerado pela referida visibilidade garantida pela mídia à violência deve-se a tais contradições, com as quais cada segmento social aprende a conviver a seu modo, ainda que em comum, se identifique as atitudes belicosas, como numa guerra...

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. São Paulo, 1980 - 1989. In: SANTOS, José Vicente dos. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 66-90.
- BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BENEVIDES, Maria Vitória. *Violência, povo e polícia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BENÉVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BILLARD, G.; CHEVALIER, J.; MADORÉ, F. *Ville fermée, ville surveillée*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Campinas: Papyrus, 1996.
- BRICEÑO-LEON, Roberto. Introducción: La nueva violencia urbana de America Latina. In: _____. (Org.). *Violencia, sociedad y justicia en America Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.
- BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CARDIA, N. Raízes da violência. *Problemas brasileiros*, São Paulo, mai/jun 1999, nº 333, p. 9.
- CARVALHO, José Murilo. *Revista FAPESP*, fevereiro de 2006, nº 120, p.83-84.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política. In: PEREIRA, C. A M.; RONDELLI, E; SCHOLLHAMMER, K. M; HERSCHMANN, M. (Org.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 47-74.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE, 1996.
- IMBERT, Gerard. *Los escenarios de la violencia: conductas anomicas y ordem social en la España actual*. Barcelona: Icaria Editorial, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoria de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Economica, 1983.
- MORAIS, Régis. *O que é violência?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História*. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia*. Políticas do dissenso e hegemonia global. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- PEREIRA, C. A M.; RONDELLI, E; SCHOLLHAMMER, K. M; HERSCHMANN, M. (Org.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ROCHA, J.; DOMENICH, M.; CASSEANO, P. *HIP HOP: A periferia grita*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- SEABRA, O. C. L. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. *Cidade*, 2004, v. 1, nº 2, p. 181-206.
- SOARES, Luis Eduardo. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: PEREIRA, C. A M.; RONDELLI, E; SCHOLLHAMMER, K. M; HERSCHMANN, M. (Org.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 23-46.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TAILLE, Yves de La. Violência: Falta de limites ou valor? Uma análise psicológica. In: ABRAMO, H. W; FREITAS, M. F. e SPOSITO, M. P. (Org). *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez - Ação Educativa, 2000, p.110-134.

THOMPSON, Edward. Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: Os enigmas da violência no Brasil. In: NOVAIS, Fernando (Org. coleção); SCHWARCZ, Lília M. (Org. volume). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia da Letras, 1998, v. 4, p.247-318.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*. Revista de Sociologia, São Paulo, mai. 1997, v. 9, nº 1, p. 5-42.

Recebido para Publicação dia 03 de Outubro de 2006

Aceito para Publicação dia 30 de Outubro 2006